

11.BATALHAO DE INFANTARIA DE MONTANHA

Termo de Referência 12/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
12/2026	160126-11.BATALHAO DE INFANTARIA DE MONTANHA	JOAO PAULO SIMAS SERPA E CARVALHO	03/02/2026 12:12 (v 0.5)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		64080.000678/2026-70

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Participação de IRP para aquisição de material de consumo para o PASA, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento

Ord.	Descrição	CATMAT	Und	Req. Mínima	Qtde	Valor uni.	Total
1	Buffet térmico com 5 cubas, 220V, aquecimento por banho-maria com resistência blindada ou resistência seca, controle por termostato (30°C a 65°C), iluminação em LED, protetor salivar em vidro temperado ajustável, pés niveladores, estrutura em aço inox e aço pré-pintado. Dimensões: 120x207x100 cm (AxLxP), peso: 102 kg, consumo: 11,5 kWh/dia. Exemplo: Gelopar modelo GBTA-200.	615670	Und	1	4	R\$ 10.340,0000	R\$ 41.360,000
2	Exaustor industrial motor blindado serviço pesado ventisol 220v altura: 40 cm largura: 40 cm Profundidade: 20 cm	623576	Und	1	2	R\$ 540,0000	R\$ 1.080,000
3	Chapa bifeteira em aço inoxidável, com 2 bocas, dimensões aproximadamente 42,8 cm de altura x 61 cm de largura x 73 cm de profundidade. Ref: Venâncio Pcm060g	611726	Und	1	2	R\$ 3.128,8900	R\$ 6.257,780
4	Forma Para Bolo Redonda C/ Furo - Alumínio 24 Cm Diâmetro X 9 Cm de altura	609417	Und	1	40	R\$ 39,2500	R\$ 1.570,000

5	Fogão industrial material: aço inoxidável aisi 304 , funcionamento: gás , características adicionais: 8 bocas 40x40, 4 acendedores laterais.	630698	Und	1	3	R\$ 3.299,9800	R\$ 9.899,940
6	Taça de vidro transparente incolor, para uso de água 330 ml	467164	Und	1	350	R\$ 16,6000	R\$ 5.810,000
7	Panela Pressão Material: Alumínio Polido , Capacidade: 35 L, Material Cabo: Baquelite , Sistema Segurança: Válvula Segurança , Características Adicionais: Com Alça Com fechamento externo	424376	Und	1	2	R\$ 780,0000	R\$ 1.560,000
8	Descascador De Legumes Em Inox Potência do Motor: 1CV Frequência: 60Hz/ Tensão: 127V ou 220V Altura: 1135.00 mm/ Largura: 650.00 mm REF: Db-25hd-n Heavy Duty Skymesen 220v	602615	Und	1	1	R\$ 9.878,7200	R\$ 9.878,720
9	Freezer tipo: horizontal , capacidade: 500 l, quantidade tampas: 2 un, tensão alimentação: 110 /220 v, características adicionais: triplafunção; eficiência energética etiqueta "a"	627990	Und	1	2	R\$ 3.230,0000	R\$ 6.460,000
10	Galheteiro Metal Material: Aço Inoxidável , Formato: Redondo , Componentes: Saleiro, Paliteiro, Azeiteiro, Porta Vinagre , Características Adicionais: Corpos Vidro, Tampa Aço Inox	372025	Und	1	40	R\$ 38,9500	R\$ 1.558,000
11	Sapato Social Le Sportiff Preto/Material: Couro/ Tamanho variaveis do 38 ao 52	614126	par	1	50	R\$ 184,9900	R\$ 9.249,500
12	Lixeira Em Inox 100 Litros Com Pedal E Rodasa 100 litros, Diâmetro: 520 Altura: 620 Espessura da Chapa: 0.8mm REF: Revitec/Evolucao Inox	296034	Und	1	5	R\$ 1.600,0000	R\$ 8.000,000
13	Camiseta Básica Masculina 100% Algodão características adicionais: logotipo e incrições conforme modelo Branca, com Gola Arredondada e Mangas Curtas	623334	Und	1	355	R\$ 21,9500	R\$ 7.792,250
14	Fatiador de frios, modelo com espessura de corte ajustável de 0 a 14 mm, voltagem bivolt com chave seletora, potência de 240W e consumo de 0,25 kWh. Acompanha prato de 21x27 cm. Estrutura com dimensões de 46 cm de altura, 64 cm de largura e 50 cm de profundidade. Peso aproximado: 17 kg. Referência: CFI 250.	230201	Und	1	1	R\$ 3.900,0000	R\$ 3.900,000
15	Moedor de carne. Material corpo: aço inoxidável, capacidade moagem: 150 kg/h, características adicionais: bivolt, boca 70mm e sacador em polipropileno,	323314	Und	1	1	R\$ 3.322,0150	R\$ 3.322,015

16	Multiprocessador De Alimentos Industrial Com 6 Discos 0,5CV Mpa; Disco 6 unidades Capacidade de Produção 180 Kg/h Consumo de Energia 0,37 Kw/h Peso Líquido (kg) 28,8 Kg Estrutura Aço Inox Dimensões (L x A x C) 35 x 49 x 47 cm Itens Incluso Pote Plástico + Soquete; funções dos discos: Fatiador Ondulado, Fatiador 3mm, Fatiador 1,5mm, Desfiador 8mm, Ralador e Desfiador 5mm; Voltagem: 220v; REF: Metvisa - MPA	620347	Und	1	1	R\$ 3.866,1200	R\$ 3.866,120
17	Camisa masculina material: 50% algodão 50% poliéster , modelo manga: comprida , cor: preta , tamanho: sob medida , características adicionais: logotipo, incrições e abertura frontal com fechamento por botões	246643	Und	1	50	R\$ 65,0000	R\$ 3.250,000
18	Rechaud Inox Redondo 5 Litros Brinox 30 Cm Diâmetro Composição: 1 Estrutura Inox/ 1 Tampa Vidro Temperado Ø 30 cm/ 1 Apoio para Tampa/ 1 Fogareiro Aço Inox/ 1 Cuba 5L/ 1 Cuba para Banho Maria/ Peso: 5,156 kg/ Dimensões do Produto: Altura: 27 cm/ Largura: 37,4 cm/ Profundidade: 38,5 cm	445562	Und	1	10	R\$ 382,9000	R\$ 3.829,000
19	Armário panificação material: chapa de aço , acabamento superficial: pintura martelada , altura: 2 m, aplicação: acondicionamento massa pães em fermentação , largura: 70 cm, características adicionais: 20 assadeiras e 500 pães de 50 g , profundidade: 58 c	481714	Und	1	1	R\$ 1.489,0650	R\$ 1.489,065
20	Forno padaria turbo industrial medidas internas: 100 cm a x 58 l x 73 p- - medidas externas: 179,5 cm a x 94cm l x 128,5cm Tensão: 110/ 220 volts - bivolt capacidade 10 esteiras 58cm x 70cm (250 pães 50 gr), incluso 10 (dez) esteiras nas medidas de 580x680mm; referência: FTDG10 - Venâncio	445792	Und	1	2	R\$ 7.530,0000	R\$ 15.060,000
21	Cuba gastronômica 1/1 150mm inox com alça para buffet narcel/litragem: 21 litros Medida externa:530x325mm Profundidade:150mm Com alça	467185	Und	1	10	R\$ 122,4900	R\$ 1.224,900
22	Descascador de legumes. Inox, 10 kg 220v /dimensões (axlpx): 720,00x480,00x670,00 mm; Ref: DB10 - SKYSEM	451023	Und	1	1	R\$ 2.963,7600	R\$ 2.963,760
23	Meodor/picador de carne. Produção: 3,850 kg /min até 350 kg/dia; Motor: 1,25 cv;Consumo: 1,203 kW/h; Voltagem: bivolt com chave seletora; Altura até o centro do disco: 18 cm; Dimensões (AxLxP): Altura: 41 cm; Largura: 71 cm; Profundidade: 32 cm; Peso: 40 kg. REF: Moedor CAF 22	451437	Und	1	2	R\$ 3.671,8400	R\$ 7.343,680

24	Prato de porcelana para sobremesa diâmetro 19 cm, cor branca.	311418	Und	1	300	R\$ 9,6800	R\$ 2.904,000
25	Mini Porta pallet Estante ALTURA: 2,00m LARGURA: 1,80m PROFUNDIDADE: 0,60m CAPACIDADE: 250kg por nível já incluso bandejas em aço inoxidável -Estante/ Mini Porta Pallet com 4 níveis -Suporta até 250kg totalizando 1000kg -Acompanha : 02 Pares de colunas e sapatas (MPP LATERAL) + 4 pares Longarina (MPP LONGARINA) + Pinos e parafusos p/ montagem	630637	Und	1	20	R\$ 1.560,0000	R\$ 31.200,000
26	Faca mesa, lâmina de aço inoxidável, com 22 cm.	356113	Und	1	500	R\$ 5,8000	R\$ 2.900,000
27	Garrafa Térmica Material: Aço Inoxidável , Capacidade: 2,5 L, Características Adicionais: Tampa Tipo Pressão, Ampola Inquebrável	468441	Und	1	20	R\$ 144,8000	R\$ 2.896,000
28	Fritadeira De Inox A Gás 10 Litros 2 Cubas de 5 litros cada	608434	Und	1	2	R\$ 550,2600	R\$ 1.100,520
29	Carro plataforma em aço inox/plataforma lisa estruturada Rodízios com rodas de fácil movimentação sendo 2 fixos e 2 giratórios com freio. Alça de movimentação reforçadas/plataforma com 60cm x 90cm alça altura 90cm	430063	Und	1	2	R\$ 2.899,5000	R\$ 5.799,000
30	Bota Segurança Material: Pvc , Cor: Branca , Tamanho: 36-48 , Tipo Cano: Longo , Características Adicionais: Antiderrapante E Reforcado, Com Palmilha De Aço	627103	par	1	50	R\$ 57,9000	R\$ 2.895,000
31	Cuba gastronômica padrão aço inox/modelo da cuba - gn 1/1 65mm Comprimento 53 cm Largura 32,5 cm Altura 6,5 cm	444173	Und	1	10	R\$ 105,0400	R\$ 1.050,400
32	Calça masculina, material: poliéster, modelo: social, tipo: bolso:lateral e traseiro, tamanho 38 a 58, cor preta, quantidade pregas 2 un	630977	Und	1	50	R\$ 115,0000	R\$ 5.750,000
33	Lixeira inox com pedal e acabamento polido e balde interno removível, 30 l/32 x 32 x 68 cm	618278	Und	1	10	R\$ 324,0500	R\$ 3.240,500
34	Colher Para Chá, material Aço Inox, Dimensões Produto (Compr. X Larg. X Alt.): 126x 29x 14 mm. Espessura: 1,0 mm.	379340	Und	1	500	R\$ 5,7650	R\$ 2.882,500
35	Jarra de vidro, capacidade 2 l, características adicionais: com tampa.	375064	Und	1	30	R\$ 34,9850	R\$ 1.049,550
	Assadeira de alumínio grande, retangular com medida de 40x 60 cm e espessura de 1 cm, para						

36	pão, material resistente, garantia minima de 3 meses de uso.	485588	Und	1	80	R\$ 65,0000	R\$ 5.200,000
37	Copo de vidro liso, capacidade: 300 ml, cor: transparente, tipo uso: água, suco, refrigerante	393858	Und	1	500	R\$ 4,8500	R\$ 2.425,000
38	Cuba para restaurante em inox 1/1 100mm com alça/ 14 litros Medida externa:530x325mm Profundidade: 100mm	467184	Und	1	10	R\$ 99,0000	R\$ 990,000
39	Picador cabrita tripé grande profissional 10mm /comprimento x largura 44 cm x 36 cm Material do corpo Alumínio Material da lâmina Aço inoxidável	334043	Und	1	4	R\$ 195,0000	R\$ 780,000
40	Material Gabinete: Aço Inoxidável; Voltagem: 220 V; Capacidade De Produção: 150 KG /DIA; Tipo Gelo: Cubo; capacidade depósito: 50KG, Comprimento: 54cm Largura: 89cm Altura: 111cm REF: EGC150A	327104	Und	1	1	R\$ 17.199,2000	R\$ 17.199,200
41	Refresqueira Sucos 32 Litros (2 Cubas 16l) Venâncio Rv216 110v	434625	Und	1	2	R\$ 2.481,0000	R\$ 4.962,000
42	Garfo de mesa, aço inoxidável, liso, polido com 22 cm	437873	Und	1	500	R\$ 4,7500	R\$ 2.375,000
43	Pá Remo Polietileno Cabo Aço Inox Cozinha Profissional 80cm comprimento	373588	Und	1	10	R\$ 98,8500	R\$ 988,500
44	Balança comercial digital 10kg-1kg 127/220V preto Ref: Toledo 3400	254170	Und	1	1	R\$ 730,0000	R\$ 730,000
45	Cortador de frios automático/tensão elétrica: 127 / 220 v/largura: 640 mm Altura: 460 mm Faca: 250 mm ref: CFI 250mm Bivolt	613341	Und	1	2	R\$ 3.660,0000	R\$ 7.320,000
46	Xícara Material: Porcelana, Tipo: Chá, Cor: Branca, Capacidade: 230 ML, Características Adicionais: Com Pires, Personalizado brasão do 11º Batalhão de Infantaria de Montanha (Tamanho do Logotipo na Xícara: 3 a 5 cm de largura × 2 a 3,5 cm de altura; Tamanho no Pires opcional: 2,5 a 4 cm no centro ou 1 a 1,5 cm na borda). A figura será enviada ao fornecedor juntamente ao empenho	617008	Und	1	300	R\$ 14,5000	R\$ 4.350,000
47	Botijão Térmico Polietileno 6 litros	286991	Und	1	10	R\$ 229,9000	R\$ 2.299,000
48	Balança Industrial Digital Balmak Bk-inox Com Bateria 300kg Fonte carregadora bivolt automática (110/220V)	384273	Und	1	1	R\$ 975,0000	R\$ 975,000

49	Prancha Alimentos Material: Polietileno , Comprimento: 100 CM, Largura: 50 CM, Espessura: 0,8 CM, Cor: Branca , Aplicação: Corte De Carne	600872	Und	1	10	R\$ 64,0000	R\$ 640,000
50	Apoio de prato tipo Jogo Americano De Mesa Pop 45Cm X 30Cm Tamanho: 45cm x 30cm Composição: 100% Policloreto de Vinila (PVC)	473189	Und	1	300	R\$ 22,6900	R\$ 6.807,000
51	Bebedouro Água Tipo: Industrial , Voltagem: 127 /220 V, Material Gabinete: Aço Inoxidável , Capacidade Água: 200 L, Material Corpo: Aço Inoxidável	611720	Und	1	2	R\$ 3.198,0800	R\$ 6.396,160
52	Garfo para sobremesa, material inox, 16,5 cm	328112	Und	1	500	R\$ 4,5650	R\$ 2.282,500
53	Forma De Bolo Retangular nº 3 Medidas 40 x 27 x 4,5 cm interno	465744	Und	1	20	R\$ 42,6500	R\$ 853,000
54	Par Luva Padeiro Térmica 35cm Padaria Grafatex (350 Graus)	481392	Und	1	10	R\$ 63,0000	R\$ 630,000
55	Taças De Vidro Para Vinho/ Água 490 ML, medidas (comp. X larg. X alt) 9,1 x 9,1 x 22,3 cm;	627402	Und	1	500	R\$ 13,5000	R\$ 6.750,000
56	Batedeira Planetaria Industrial 5l Bpm5 Inteligente Altura: 42 cm Comprimento: 49 cm Largura: 24 cm/ Potência: Motor de 1000 Watts/ 220V	613983	Und	1	1	R\$ 2.238,0000	R\$ 2.238,000
57	Avental 100% algodão grosso, 01 bolso frontal, tamanho m	630291	Und	1	50	R\$ 16,2000	R\$ 810,000
58	Escorredor de macarrão nº50 linha industrial /medidas:52x52x25cm Capacidade 33,0 l	406327	Und	1	4	R\$ 134,5900	R\$ 538,360
59	Caixa Térmica Hot Box Preta 100L, espaço para duas cubas GN 100mm	472719	Und	1	10	R\$ 1.320,0000	R\$ 13.200,000
60	Calça masculina, material: poliéster e algodão, tipo: bolso:lateral e traseiro, tamanho 38 a 58, cor branca	622524	Und	1	105	R\$ 62,0000	R\$ 6.510,000
61	Panela linha hotel industrial nº60- 70 litros	352910	Und	1	5	R\$ 366,5000	R\$ 1.832,500
62	Frigideira de ferro fundido ou alumínio 50cm diametro alça de ferro	442943	Und	1	5	R\$ 157,9800	R\$ 789,900
63	Forma de petit gateu grande/ medidas 6,5cm altura/ 4cm de fundo/ 7,2 cm de boca conjunto de 12 peças	455641	Und	1	15	R\$ 35,0000	R\$ 525,000

64	Câmara De Fermentação 40 Esteiras Rf120 Frilux Câmara Dupla Aço Inox 220v/ CAPACIDADE: 40 esteiras. CONSUMO: 415kWh/mês. TEMPERATURA: Refrig. até +8 Aquec. até +40. PESO: 163Kg. DIMENSÕES EXTERNAS (CxAxL): 72x217x187cm.	445668	Und	1	1	R\$ 13.190,4500	R\$ 13.190,450
65	Refrigerador Expositor Tipo: Vertical , Capacidade: 338 L, Aplicação: Refrigerar Alimentos , Características Adicionais: Iluminação Interna , Voltagem: 127 V, Temperatura: 0 A 10	617469	Und	1	1	R\$ 3.680,5000	R\$ 3.680,500
66	Faca de mesa tipo: sobremesa, material cabo, aço inoxidável, material lâmina: aço inoxidável	294611	Und	1	300	R\$ 6,0100	R\$ 1.803,000
67	Faca Material Lâmina: Aço Inoxidável , Material Cabo: Polipropileno , Comprimento Lâmina: 12 POL, Comprimento Cabo: 5 CM, Cor Cabo: Branca	431290	Und	1	20	R\$ 25,3400	R\$ 506,800
68	Colher mesa, material corpo: aço inoxidável, material cabo aço inoxidável, 22 cm	619881	Und	1	500	R\$ 7,2800	R\$ 3.640,000
69	Cilindro Laminador 450w , Elétrico, Bivolt, Dimensões: 54,5 x 49,8 x 53,5 cm Ref: Cb-30 Style 60hz	275470	Und	1	1	R\$ 3.324,7000	R\$ 3.324,700
70	Travessa de vidro refratário, aplicação servir alimentos, tipo fundo, forma retangular. 3 LITROS, 36,2 CM	630310	Und	1	30	R\$ 59,5000	R\$ 1.785,000
71	Meia social masculina, cor: preta, Material Poliamida e algodão	627052	par	1	50	R\$ 9,0000	R\$ 450,000
72	Cuba gastronômica 1/1 200 mm, Aço Inoxidável , Capacidade: 30 L, Aplicação: Cozinha , Características Adicionais: Com Tampa , Referência: 1/1-200 MM, Formato: Cuba	486811	Und	1	10	R\$ 177,4600	R\$ 1.774,600
73	Pegador para massa 34cm belize	609390	Und	1	30	R\$ 14,5000	R\$ 435,000
74	Extrator Espremedor De Frutas Industrial 1/2 Hp Bivolt Inox	404506	Und	1	5	R\$ 351,9400	R\$ 1.759,700
75	Faca para legumes tam 9	465736	Und	1	20	R\$ 17,8400	R\$ 356,800
76	Camisa Uniforme Material: Malha 100% algodão fio 30.1 Tipo Colarinho: Gola Polo Tamanho: Variado Cor: Preta Tipo de Manga: Curta Tipo de Uso: Uniforme Características Adicionais: Logotipo e inscrições, logotipo frontal localizado	613370	Und	1	50	R\$ 35,0000	R\$ 1.750,000

	no lado esquerdo do peito, com tamanho ideal de aproximadamente 8 cm x 8 cm; arte será enviada por ocasião do empenho						
77	Concha de cozinha inox 29,5cm	270829	Und	1	20	R\$ 13,4000	R\$ 268,000
78	Cinto Vestuário Material: Náilon , Cor: Preta , Material Fivela: Metal Prateado , Tamanho: Sob Medida , Características Adicionais: Fecho De Pressão , Uso: Unissex , Modelo: Social , Tipo: Uniforme	614132	Und	1	50	R\$ 35,0000	R\$ 1.750,000
79	Luva de açougueiro - malha de aço	342889	Und	1	5	R\$ 50,0000	R\$ 250,000
80	Gravata , material: cetim, modelo: borboleta, tipo: lisa, tamanho: adulto, cor: preta	603607	Und	1	50	R\$ 34,0000	R\$ 1.700,000
81	Faca para pão inox cabo branco	465743	Und	1	10	R\$ 14,0649	R\$ 140,640
82	Panela pressão 20 litros industrial profissional	616647	Und	1	4	R\$ 416,5100	R\$ 1.666,040
83	COLHER DE ARROZ EM AÇO INOX Medidas aproximadas: 32x8 cm	609888	Und	1	10	R\$ 7,9900	R\$ 79,900
84	Frigideira, material: alumínio, tipo: funda, diâmetro: 40 cm, material cabo baquelite antitêrmico, aplicação copa e cozinha.	441363	Und	1	10	R\$ 119,4950	R\$ 1.194,950
85	Travessa 3,7L Largura: 22cm Altura: 7cm Profundidade: 36cm	630310	Und	1	20	R\$ 59,5000	R\$ 1.190,000
86	Cuba gastronômica para buffet, gn 1/2 x 100, com alça e com tampa, totalmente em aço inox, com cantos arredondados	397757	Und	1	20	R\$ 82,5000	R\$ 1.650,000
87	Colher sobremesa, material corpo: aço inoxidável, material cabo aço inoxidável, tipo sobremesa, lisa polida com 1,50 mm de espessura, comprimento 18cm	465661	Und	1	300	R\$ 5,4350	R\$ 1.630,500
88	Rechaud Retangular Em Aço Inox Banho 2 Cubas 9-11l l Removível Lista de produtos: 2x tigelas de comida de 65 cm, 1x bacia de água (para conter água para aquecimento), 1x suporte para apoiar a cuba, a tampa e o fogão (base dobrável)/ 2x queimadores 1x caixa de tampa removível/ 1x colher 1x clipe para alimentos/ Informações sobre o produto/ Dimensões (C x L x A): 65 x 36 x 32 cm Capacidade: 9 - 11 litros	473258	Und	1	10	R\$ 354,5000	R\$ 3.545,000
	Mesa Jantar Campeche em Madeira Maciça com Tampo Lâminado 180x100 para sala de jantar , tingida na cor amêndoa. Características Gerais do Produto: Produto Montado: Não Dimensão:						

89	180cm x 100cm x 79cm Cor: Amêndoa Madeira: Eucalipto Altura: 79cm Largura: 180 cm Profundidade: 100 cm Peso: 54 kg Garantia: 90 Dias de Garantia	615522	Und	1	60	R\$ 3.075,0000	R\$ 184.500,000
90	(COTA RESERVADA ME/EPP 25%)Mesa Jantar Campeche em Madeira Maciça com Tampo Lâminado 180x100 para sala de jantar , tingida na cor amêndoa. Características Gerais do Produto: Produto Montado: Não Dimensão: 180cm x 100cm x 79cm Cor: Amêndoa Madeira: Eucalipto Altura: 79cm Largura: 180 cm Profundidade: 100 cm Peso: 54 kg Garantia: 90 Dias de Garantia	615522	Und	1	20	R\$ 3.075,0000	R\$ 61.500,000
Total							R\$ 617.309,9090

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 30 dias contados do(a) recebimento da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:
- 4.1.1. Sustentabilidade:
 - 4.1.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.
 - 4.1.1.2. Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
 - 4.1.1.3. Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia.
- 4.2. Indicação de marcas seguirá o artigo 41, inciso I, alínea b e c, da Lei nº 14.133/2021:
- 4.2.1. A indicação de marca para os equipamentos eletrodomésticos do Setor de Aproveitamento fundamenta-se exclusivamente no art. 41, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021, que permite a seleção de marca específica quando necessária a padronização do objeto. A norma autoriza essa medida em caráter excepcional, sempre que a uniformização for indispensável à eficiência, continuidade e segurança do serviço público, sem exigir instauração de processo formal de padronização.

4.2.2. No caso concreto, os equipamentos utilizados no preparo de refeições integram atividade essencial da Organização Militar. A experiência prática demonstra que a heterogeneidade de marcas e modelos ocasiona incompatibilidades operacionais, aumento do tempo de manutenção, dificuldade de reposição de peças e maior incidência de falhas, impactando diretamente a regularidade da alimentação da tropa. Nesse contexto, a padronização revela-se tecnicamente necessária.

4.2.3. A adoção de uma única marca proporciona:

4.2.3.1 Uniformização operacional: Equipamentos com comandos e interfaces equivalentes reduzem falhas humanas, facilitam treinamento e permitem procedimentos operacionais padronizados, aumentando a confiabilidade e a segurança alimentar. A utilização de equipamentos idênticos permite instruções operacionais padronizadas e procedimentos de segurança unificados, ampliando a confiabilidade do processo de preparo de alimentos

4.2.3.2. Manutenção e estabilidade logística: A padronização dos equipamentos proporciona maior eficiência na manutenção, uma vez que:

- concentra o uso de peças compatíveis entre si;
- facilita a reposição de componentes;
- reduz a necessidade de múltiplas assistências técnicas;
- diminui o tempo médio de reparo;
- confere previsibilidade ao setor logístico responsável pela sustentação dos bens.

Tais fatores se traduzem em maior disponibilidade operacional dos equipamentos e menor risco de interrupção dos serviços de alimentação.

4.2.3.3. Mitigação de riscos e segurança do processo: Equipamentos heterogêneos, com padrões construtivos diversos, elevam o risco de acidentes, falhas elétricas, superaquecimento ou mau uso. A padronização contribui para a mitigação desses riscos, assegurando conformidade técnica entre as máquinas, uniformidade nos limites operacionais e maior estabilidade na operação contínua em regime industrial.

4.2.3.4. Racionalização administrativa: A uniformização reduz significativamente as variáveis administrativas associadas à gestão do Setor de Aprovisionamento, tais como:

- multiplicidade de especificações técnicas;
- diversidade de fornecedores e contratos que oneram a Administração;
- variações de custos de ciclo de vida;
- necessidade de padronizações e/ou treinamentos distintos;
- complexidade em inventários e controles patrimoniais.

4.2.4. A indicação de marca mostra-se compatível e proporcional à hipótese legal prevista no art. 41, I, “a”, da Lei 14.133 /2021, configurando padronização necessária do objeto, sem necessidade de processo formal de padronização. A medida assegura coerência técnica, continuidade do serviço essencial de alimentação e racionalidade na gestão do parque de equipamentos do Setor de Aprovisionamento.

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do(a) contatos do recebimento da nota de empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: 11º Batalhão de Infantaria de Montanha Ladeira Tenenente Vilas Boas, S/N; Centro, São João del Rei

5.3.1.O horário de recebimento do material será em dias úteis de segunda à quinta-feira das 8:00 às 11:30h e das 13:00 às 16:00 (horário oficial de Brasília) e nas sextas-feiras de 08:00 às 11:30h.

5.4. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5.Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades

5.6.Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.6.1..Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.7..O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa: de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do item prejudicado pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações contidas nas letras do item 7.1.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (xxxxx) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes; 7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 20 (vinte) dias úteis.
- 8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.
- 8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 8.12.1. o prazo de validade; 8.12.2. a data da emissão;
 - 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 8.12.5. o valor a pagar; e
 - 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;
- 8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- 8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
 - 8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço.

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ R\$ 617.309,9090 (**seiscentos e dezessete mil, trezentos e nove reais e noventa centavos**), conforme planilha em tela.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação de dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato (Nota de Empenho), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Dispensa Eletrônica, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 3 (três) dias.

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

- 4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
- 4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
- 4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;
- 4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 4.1.23 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.
- 5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Minas Gerais, Seção Judiciária de São João del Rei-para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

,

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital OU Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere a Dispensa Eletrônica nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOAO PAULO SIMAS SERPA E CARVALHO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 03/02/2026 às 12:12:31.

RODRIGO COSTA TAYER

Chefe da equipe de contratação

GABRIEL VILAS BOAS DIAS

Ordenador de Despesas